

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

ROBERTA CAETANO SILVA

**O COMPORTAMENTO BRASILEIRO NA PANDEMIA QUANTO À
EDUCAÇÃO FINANCEIRA**

**UBERLÂNDIA
DEZEMBRO 2022**

ROBERTA CAETANO SILVA

**O COMPORTAMENTO BRASILEIRO NA PANDEMIA QUANTO À
EDUCAÇÃO FINANCEIRA**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado à Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof^a Dr^a Lísia de Melo Queiroz

**UBERLÂNDIA
DEZEMBRO 2022**

RESUMO

A educação financeira é relevante para que o indivíduo possa tomar suas próprias decisões financeiras. Está relacionada com a cidadania financeira onde o indivíduo tem que fazer o controle de suas próprias finanças, planejar e poupar dinheiro. Este artigo tem o objetivo geral de apresentar quais os impactos da pandemia Covid-19 no comportamento brasileiro perante a cidadania financeira e através das mudanças de comportamento dos recursos financeiros. A pesquisa se classifica como documental, qualitativa e com levantamento bibliográfico. O referente estudo contribui para compreender os fatores que influenciam os recursos financeiros durante uma pandemia. Os resultados apontam, na comparação das unidades da federação, que o Distrito Federal está na primeira posição referente ao Índice de Inclusão Financeira (IIF) e o Índice da Educação Financeira (IEF). Houve predominância dos estados das regiões Sul e Sudeste com os melhores índices, em detrimento da região Norte com os estados nas últimas posições, sendo apresentados com o impacto da covid-19 e demonstrados os recursos financeiros mais utilizados pela população durante a pandemia. As principais contribuições do estudo foi possibilitar o conhecimento da educação financeira do indivíduo e conhecer as mudanças dos recursos financeiros durante a situação pandêmica, relatando as diferenças regionais e a piora nos quadros de algumas regiões mais vulneráveis. Mostrou também a importância de uma rápida ação governamental assertiva para reverter, ou ao menos minimizar, a situação de calamidade financeira mundial que resultou da pandemia.

Palavras-Chave: Educação financeira. Cidadania financeira. Covid-19.

ABSTRACT

Financial education is relevant so that individuals can make their own financial decisions. It is related to financial citizenship where the individual has to control their own finances, plan and save money. This article has the general objective of presenting the impacts of the Covid-19 pandemic on Brazilian behavior towards financial citizenship and through changes in the behavior of financial resources. The research is classified as documentary, qualitative and with bibliographical survey. The related study contributes to understanding the factors that influence financial resources during a pandemic. The results indicate, in the comparison of the federative units, that the Federal District is in the first position regarding the Financial Inclusion Index (FII) and the Financial Education Index (FEI). There was a predominance of states in the South and Southeast regions with the best rates, to the detriment of the North region with the states in the last positions, being presented with the impact of covid-19 and demonstrating the financial resources most used by the population during the pandemic. The main contributions of the study were to make it possible to understand the individual's financial education and to learn about the changes in financial resources during the pandemic situation, reporting regional differences and the worsening of the situation in some of the most vulnerable regions. It also showed the importance of quick, assertive government action to reverse, or at least minimize, the global financial calamity that resulted from the pandemic.

Keywords: Financial education. Financial citizenship. Covid-19.

1 INTRODUÇÃO

A educação financeira tem sido amplamente discutida nos últimos anos em função de sua relevância na seara econômica e dos indivíduos. (MENDES, 2015). Está relacionada ao processo cognitivo de tomadas de decisões financeiras do indivíduo, chamado de teoria de prospecto. A teoria de prospecto demonstra os valores atribuídos em perdas e ganhos em vez de serem atribuídos a resultados finais, sem avaliação do seu valor objetivo, mais do seu valor subjetivo e pessoal e as probabilidades são substituídas por pesos ou ponderações nas decisões. (KAHNEMAN; TVERSKY, 1979).

Ainda neste sentido, Matta (2007) relata que o planejamento financeiro pessoal está relacionado a educação financeira e noções básicas, que é definida como a posse de um conjunto de informações que auxiliam as pessoas a administrar o seu dinheiro, poupar e investir a curto e longo prazo com confiança.

A educação financeira promove ao indivíduo o conhecimento e informações sobre o comportamento básico que contribui para melhor qualidade de vida das pessoas. (MENDES, 2015). Assim de acordo com Hill (2009), a educação financeira pode ser definida como a habilidade que os indivíduos apresentam para fazer escolhas adequadas ao administrar suas finanças pessoais durante o ciclo de sua vida.

É o instrumento que auxilia na qualidade das decisões financeiras e que está ligado aos níveis de endividamento, inadimplência e investimento e a própria educação financeira. (MENDES, 2015). Vieira, Bataglia e Sereia (2011) informam que todas as decisões particulares do indivíduo poderão influenciar a economia e estão diretamente ligadas aos problemas como a falta de um planejamento financeiro pessoal, endividamento e inadimplência.

Dessa forma, a relevância da educação financeira faz com que o indivíduo desenvolva habilidades que facilitam na tomada de decisões financeiras e uma boa gestão das suas finanças pessoais.

Neste contexto, será abordado neste estudo o comportamento dos brasileiros durante a pandemia Covid-19 perante a educação financeira e seus impactos. A cidadania financeira “é o exercício de direitos e deveres que permitem ao cidadão gerenciar bem seus recursos financeiros”, ou seja, o indivíduo fazer o controle de seu próprio dinheiro de maneira consciente, planejando e poupando seu próprio dinheiro. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2021, p. 5).

Com isso, os impactos da pandemia Covid-19 na cidadania financeira devido aos fatores externos e internos afetam economicamente as famílias, alterando a forma de trabalho, hábitos

de consumo e lazer, em relação ao acesso a serviços financeiros do país e as restrições impostas durante a pandemia o que impactou a renda da maioria da população. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2021, p. 41). Diante da crise da pandemia Covid-19 houve a aceleração da inclusão financeira digital. “A inclusão financeira digital refere-se aos meios digitais no avanço da inclusão financeira”. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2021, p. 35).

Portanto, buscou-se reunir dados com o propósito de responder ao seguinte problema de pesquisa: Quais impactos da pandemia Covid-19 no comportamento brasileiro perante a cidadania financeira?

A pesquisa terá como objetivo geral apresentar quais os impactos da pandemia Covid-19 no comportamento brasileiro perante a cidadania financeira e de que forma isso afetou as famílias economicamente na utilização dos recursos financeiros durante a pandemia comparado a anos anteriores com ausência de pandemia.

Quanto aos objetivos específicos, a pesquisa procurará:

- a) Apresentar os indicadores da cidadania financeira;
- b) Identificar os impactos na cidadania financeira antes e durante a pandemia;
- c) Relatar sobre a educação financeira, processo cognitivo para tomada de decisões e os resultados dos indicadores referente ao IIF e IEF em cada unidade de federação.

A pesquisa demonstra os impactos da covid-19 no comportamento brasileiro perante a cidadania financeira, por ser um fato histórico mundial de uma doença que no começo não se sabia como lidar e buscando soluções governamentais rápidas para resolver a situação de toda população na crise financeira. Além das mudanças de hábitos da população em relação a utilização dos recursos financeiros durante a pandemia.

Relata a relevância dos indicadores da cidadania financeira em cada estado durante e antes da pandemia que a população enfrentou. O referente estudo irá contribuir para compreender fatores que influenciam no acesso aos recursos financeiros, verificando as mudanças de comportamento brasileiro na cidadania financeira e ações governamentais durante a pandemia que irá trazer benefício para a sociedade de como lidar com recursos financeiros.

No espectro pandêmico da Covid-19 houve impactos financeiros que afetaram o contingente populacional formatando um cenário de construção financeira por parte do indivíduo, para tanto se mostrou necessário o desenvolvimento de políticas governamentais para auxiliar a população. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2021).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Processos Cognitivos para Tomada de Decisões

Kahneman e Tversky (1979), desenvolveram a Teoria de Prospecto para explicar os processos mentais que influenciam nas tomadas de decisões financeiras do indivíduo.

A Teoria do Prospecto para explicar os vieses cognitivos no processo de tomada de decisão. É uma “nova” teoria da utilidade para ser usada em situações de risco e para buscar explicar os impulsos perceptuais que são transformados, sintetizados, elaborados, armazenados, restaurados e utilizados na tomada de decisão. (KAHNEMAN; TVERSKY, 1979).

Nesse mesmo sentido, as finanças comportamentais buscam entender as divergências racionais dos indivíduos para melhor tomada de decisões financeiras e reduzir os erros sistemáticos do processo para ajudar as pessoas a compreender melhor suas ilusões cognitivas.

As finanças comportamentais têm função de identificar e compreender as ilusões cognitivas que levam o indivíduo ao erro contínuo de avaliação de valores, probabilidades e riscos. Esta teoria afirma que as pessoas normalmente não agem pela razão, pois estão sobre efeitos das ilusões cognitivas. (KAHNEMAN; TVERSKY, 1979).

Dessa forma, a teoria do prospecto analisa os processos cognitivos mental para que o indivíduo possa reduzir seus erros sistemáticos nas tomadas de decisões financeiras e poderá avaliar melhor suas próprias decisões.

A educação financeira está relacionada com as finanças comportamentais que tem a finalidade de identificar e compreender imaginações mentais que fazem com que as pessoas cometam erros sistemáticos de avaliação de valores, probabilidade e riscos, pois nem sempre os indivíduos agem racionalmente, ou seja, estão propensos aos efeitos das ilusões cognitivas (FARIAS; SOUZA; STEPPAN, 2011).

2.2 Educação Financeira

Em meados do ano de 1990, a educação financeira no Brasil concentrava-se nas “dicas de investimentos” dos especialistas em produtos financeiros, ensinando a preservar ou multiplicar recursos a partir de títulos dos bancos, títulos públicos e ações de empresas. Essas informações estão relacionadas as pessoas que possuem recursos disponíveis que poderão alocar por algum tempo em produtos que existem no mercado. (ARAÚJO; CALIFE, 2014).

Somente a partir do plano real em 1994 a instabilidade econômica foi resolvida; em 1999 ocorreu uma melhora na situação econômica, com o consumidor tendo acesso à linha de crédito com mais facilidade e planejamento familiar financeiro, pois nessa época houve um crescimento dos empregos formais. (COSTA; CAMPOS; CASTRO JUNIOR, 2016).

“A partir da implementação do Plano Real, no ano de 1994, o Brasil percebeu um movimento de ascensão de suas classes sociais, que se beneficiou da estabilidade econômica alcançada por meio da queda da taxa de inflação, redução da taxa básica de juros (SELIC) e aumento da renda da população” (IORIO; ASSIS; CHIROTTO, 2017, p. 3).

A Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico-OCDE (2005) interpreta que a educação financeira pode beneficiar todas as pessoas, independentemente do nível de renda. Pois, incentiva na elaboração, execução de projetos e programas sobre educação financeira nos países (COSTA; SILVA; CORDEIRO, 2018).

Neste contexto, o investimento em educação é relevante para o investimento econômico em longo prazo de um país, ou seja, uma das formas de melhorar a vida da população, ter um bom incentivo financeiro e conhecimento sobre o assunto (MANKIWI, 2001).

Domingos (2012) relata que cada vez mais cedo as crianças são apresentadas ao mundo capitalista, só aprendem a conhecer, respeitar e valorizar o dinheiro enquanto se faz necessário. Assim, a criança somente aprenderá a poupar dinheiro através dos cofrinhos que ganham de presente, quando uma criança ganha mesada, possibilitando a capacidade de desenvolver um controle financeiro dos seus próprios gastos e poupar dinheiro para comprar o que deseja.

A educação financeira é um processo de aprendizagem ligado as finanças pessoais, onde a sociedade busca a oportunidade de ter uma visão crítica sobre como utilizar o dinheiro de forma correta. E verificada nas atividades financeiras, tais como juros, financiamentos, empréstimos, poupanças, parcelamentos, crédito, entre outras, assim o indivíduo irá fazer suas escolhas de acordo com os conhecimentos financeiros adquiridos (COSTA; SILVA; CORDEIRO, 2018).

Por isso, a qualidade de vida está relacionada a educação financeira, que oferece informações, procurando conscientizar as pessoas sobre os benefícios da organização das finanças. A educação financeira é o processo que estimula a busca do conhecimento em como aplicar e investir o dinheiro, para poder transformar o dinheiro em riqueza, segurança financeira futura, saber lidar com sua renda, com gestão de dinheiro, aplicação na poupança, investimento de curto e a longos prazos (FRANCISCHETTI; CAMARGO; SANTOS, 2014).

É importante que as pessoas façam um planejamento financeiro de acordo com sua renda, confrontando suas despesas com receitas. Isso contribui para conscientização do indivíduo, com sua realidade econômica e adequar-se ao seu estilo de vida. Pois, entende-se que quando bem administrado, o dinheiro oferece uma vida mais tranquila, inteligente e sustentável. (FRANCISCHETTI; CAMARGO; SANTOS, 2014).

Halfeld (2001), relata que se deve poupar dinheiro e evitar o consumo de imediato a fim de conquistar um consumo maior no futuro. As pessoas que têm essas atitudes somente poderão consumir mais em curto prazo ou garantir uma reserva para alguma necessidade. Por isso é essencial que os indivíduos e suas famílias se atentem à educação financeira e cidadania financeira.

A metodologia do Índice de Cidadania Financeira (ICF) agrega duas dimensões, sendo nove indicadores para Índice de Inclusão Financeira (IIF) e quatro para Índice de Educação Financeira (IEF). Através da metodologia de cálculo, ocorre a elaboração do ICF que é uma modificação do índice de inclusão financeira apresentado no Relatório de Inclusão Financeira de 2011, ampliando as variáveis das dimensões definidas pelo conceito cidadania financeira e permanecendo com a metodologia estatística para a escolha do peso relativo de cada uma dessas variáveis. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2018).

As dimensões da cidadania financeira, sendo a inclusão financeira é o estado que todas as pessoas maiores de 18 anos têm acesso a serviços financeiros oferecidos pelas instituições formais, como crédito, poupança, pagamentos, seguros, previdência e investimentos. A educação financeira é quando o indivíduo tem a oportunidade de desenvolver a sua capacidade financeira e poder gerenciar seu próprio recurso financeiro. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2018).

3 METODOLOGIA

3.1 Classificação da Pesquisa

Essa pesquisa se enquadra na natureza básica para ampliar a área de conhecimento. "Estuda um problema relativo ao conhecimento científico ou à sua aplicabilidade." (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 160).

Para um melhor tratamento dos objetivos e melhor apreciação desta pesquisa, observou-se que ela é classificada como pesquisa documental, abordagem qualitativa e análise de dados quantitativa, onde o ambiente natural é fonte de coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. O problema é analisado por referências teóricas que dará base ao estudo. (GIL, 2008).

Utilizou-se a pesquisa documental fazendo uso de materiais já elaborados: livros, artigos científicos, revistas, documentos eletrônicos e enciclopédias na busca e alocação de conhecimento sobre a educação financeira. Como forma de analisar os dados de comportamento brasileiro na pandemia Covid-19 na crise financeira, correlacionando tal conhecimento com abordagens já trabalhadas por outros autores (GIL, 2008).

Sendo abordado o levantamento bibliográfico, que é utilizado como fonte de dados coletados por outras pessoas, que pode ser constituído por material elaborado ou não, será necessário fazer uma análise de dados para responder o problema de pesquisa.

A finalização da pesquisa tem característica descritiva, pois "se propõe a verificar e explicar problemas, fatos ou fenômenos da vida real, com precisão a possível, observando e fazendo relações, conexões, á luz da influência o ambiente exerce sobre eles" (MICHEL, 2009, pg. 44).

3.2 Delineamento da Pesquisa

A investigação foi realizada por meio de pesquisa documental. O relatório analisado foi obtido por meio eletrônico no website do Banco Central do Brasil. Nele foram encontrados os indicadores que compõem a cidadania financeira, sendo nove indicadores do Índice de Inclusão Financeira (IIF) e os quatro indicadores do Índice da Educação Financeira (IEF) que demonstra as tendências gerais dos indicadores e as comparações entre as unidades de federação. Os impactos da pandemia da covid-19 na cidadania financeira ocorreram com o uso de crédito das pessoas, pelos clientes em atrasos ou baixados a prejuízos com concessões gerais no final do mês dezembro 2020 de 39,1 milhões de pessoas.

Foi realizada uma análise dos indicadores da cidadania financeira e os impactos da pandemia da covid-19 na cidadania financeira dos brasileiros, de dezembro de 2019 e durante o ano de 2020. Em relação ao Índice de Cidadania Financeira (ICF), foi verificado nessa pesquisa, a porcentagem dos indicadores, conforme Quadro 1 a seguir.

Quadro 1 - Indicadores que compõem o Índice de Cidadania Financeira (ICF)

Indicadores do Índice de Inclusão Financeira (IIF)	Indicadores do Índice de Educação Financeira (IEF)
Quantidade de pontos de atendimento por 10 mil adultos	Inadimplência da carteira de crédito – Total – %
Quantidade de POSs por 10.000 adultos	Depósitos per capita
Percentual da população com acesso à internet	% da população adulta que contribui para o INSS
% de adultos com relacionamento bancário	Indicador de endividamento (excetuando o financiamento imobiliário)
Percentual de adultos tomadores de crédito	
Taxa média de juros das operações de crédito com recursos livres – Pessoas físicas – Crédito pessoal não consignado – %a.a.	
População inscrita no Cadastro Único com relacionamento com instituições financeiras – %	
População inscrita no Cadastro Único com cartão de crédito na modalidade à vista/parcelado lojista – %	
Inscritos no Cadastro Único com operações de crédito – %	

Fonte: Adaptado de Banco Central do Brasil (2021, p. 47)

O Quadro 1 mostra os nove indicadores do Índice de Inclusão Financeira (IIF) e os quatro indicadores do Índice da Educação Financeira (IEF). Esses indicadores são capazes de mostrar as tendências gerais e verificar comparação entre as unidades de federação, identificando avanços e dificuldades de cada uma delas (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2021).

No Relatório da Cidadania Financeira em 2018, além da Inclusão Financeira foi incluído também a Educação Financeira. Foram mantidos treze indicadores na sua composição, sendo nove indicadores para o IIF e quatro para o IEF, conforme o Quadro 1 acima (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2021).

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O Gráfico 1, abaixo, detalha a variação ICF pelo país, mostrando as diferenças regionais em todo o país.

Gráfico 1 – Índice da cidadania financeira no Brasil em cada unidade de federação



Fonte: Relatório da Cidadania Financeira (2021, p. 48)

Percebe-se, pelo Gráfico 1, que o Distrito Federal e São Paulo são os mais relevantes resultados da unidade da federação em relação ao ICF. Os outros estados como região Centro-Oeste, Sudeste e Sul obtiveram indicadores superiores à média nacional, já na região Nordeste apenas o estado de Sergipe superou o indicador nacional e na região Norte teve um dos indicadores mais baixo da cidadania financeira neste período. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2021).

A Tabela 1 mostra a variação do ICF nas unidades de federação entre 2017 e 2020. Um terço manteve sua posição anterior, enquanto apenas cinco dos 27 estados alteraram mais de uma posição no ranking do ICF, considerando o período pandêmico (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2021).

Tabela 1 - ICF entre as unidades de federação

Unidade da Federação	Índice de Cidadania Financeira				2017 x 2020
	2017		2020		
Ano	Valor	Posição	Valor	Posição	
Distrito Federal	77,3	1	75,0	1	Igual
São Paulo	69,5	2	69,0	2	Igual
Santa Catarina	60,9	3	60,0	3	Igual
Rio de Janeiro	59,3	4	58,7	4	Igual
Mato Grosso do Sul	52,8	8	56,5	5	Acima
Rio Grande do Sul	58,4	5	56,4	6	Baixo
Paraná	57,2	6	55,6	7	Baixo
Espírito Santo	54,4	7	54,8	8	Baixo
Mato Grosso	49,5	11	53,6	9	Acima
Minas Gerais	51,5	9	53,3	10	Baixo
Goiás	49,7	10	51,6	11	Baixo
Sergipe	41,4	12	46,6	12	Igual
Rio Grande do Norte	35,5	14	41,1	13	Acima
Roraima	33,9	15	40,6	14	Acima
Paraíba	33,7	16	39,8	15	Acima
Piauí	30,8	21	39,1	16	Acima
Bahia	33,6	17	37,0	17	Igual
Ceará	32,0	19	35,7	18	Acima
Tocantins	32,4	18	35,1	19	Baixo
Pernambuco	31,0	20	33,1	20	Igual
Alagoas	29,9	22	32,9	21	Acima
Rondônia	35,5	13	27,7	22	Baixo
Acre	23,7	23	22,0	23	Igual
Maranhão	17,6	26	18,8	24	Acima
Amapá	21,2	24	16,2	25	Baixo
Amazonas	18,8	25	15,7	26	Baixo
Pará	15,7	27	15,5	27	Igual
Brasil	43,3		45,1		

Fonte: Adaptado de Banco Central do Brasil (2021, p.49)

Os resultados do ICF das diferenças da cidadania financeira persistem no país, o ICF em 2020 e 2017, foi de 45,1 e 43,3. A estimativa do IIF e IEF é elaborada através das modificações IIF conforme proposto por Sarma e Pais (2010) que é baseado na distância de entre uma dada unidade (país, estado e municípios) e um benchmark. O benchmark refere-se a uma unidade fictícia que atende o máximo de pontuação em todas suas dimensões observadas. O detalhamento do cálculo, seus pesos e metodologia estão descritos no RIF (Relatório da Inclusão Financeira/2011), o ICF é uma média simples entre os dois índices e traduz numa escala de 0 a 100, ou seja, atingir 100 de pontuação máxima em todas as dimensões da cidadania financeira consideradas. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011).

A metodologia do Índice de Cidadania Financeira (ICF) agrega duas dimensões, sendo nove indicadores para Índice de Inclusão Financeira (IIF) e quatro para Índice de Educação Financeira (IEF). Através da metodologia de cálculo, ocorre a elaboração do ICF que é uma

modificação do índice de inclusão financeira apresentado no Relatório de Inclusão Financeira de 2011, ampliando as variáveis das dimensões definidas pelo conceito cidadania financeira e permanecendo com a metodologia estatística para a escolha do peso relativo de cada uma dessas variáveis. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2018).

As dimensões da cidadania financeira, sendo a inclusão financeira onde todas as pessoas maiores de 18 anos têm acesso a serviços financeiros oferecidos pelas instituições formais, como crédito, poupança, pagamentos, seguros, previdência e investimentos. A educação financeira é quando o indivíduo tem a oportunidade de desenvolver a sua capacidade financeira e poder gerenciar seu próprio recurso financeiro (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2018).

De acordo com a Tabela 1 a unidade de federação pelo ICF que ocupa a melhor posição é o Distrito Federal e por último é o Pará do ano 2017 comparando com 2020. A Tabela 2 detalha o IIF e o IEF que compõe ICF e mostra sua evolução.

Tabela 2 - IIF e IEF

Unidade da Federação	Índice de Inclusão Financeira			Índice de Educação Financeira			
	Ano	2017	2020	Posição	2017	2020	Posição
Distrito Federal		81,4	77,2	Igual	73,3	74	Igual
São Paulo		77,5	69,2	Abaixo	61,5	70,5	Igual
Santa Catarina		74,3	71,3	Igual	47,4	49,5	Acima
Rio de Janeiro		68,7	69,8	Acima	50	47,7	Abaixo
Mato Grosso do Sul		70	73,3	Acima	35,7	39,7	Acima
Rio Grande do Sul		64,7	56	Abaixo	52,1	56,8	Igual
Paraná		66	64	Abaixo	48,3	47,2	Abaixo
Espírito Santo		63,7	68	Acima	45,1	41,6	Abaixo
Mato Grosso		60,4	69,7	Acima	38,5	37,4	Abaixo
Minas Gerais		59,1	60,8	Igual	43,9	45,7	Acima
Goiás		61,8	62,9	Abaixo	37,6	40,2	Acima
Sergipe		51	63,2	Acima	31,9	30	Abaixo
Rio Grande do Norte		42,7	53,1	Abaixo	28,3	29	Acima
Roraima		43,5	55,7	Igual	24,3	25,5	Acima
Paraíba		41,6	51,7	Igual	25,9	27,8	Acima
Piauí		39,1	54,8	Acima	22,5	23,3	Acima
Bahia		38,5	48,2	Acima	28,7	25,7	Abaixo
Ceará		35,3	46,2	Acima	28,7	25,3	Abaixo
Tocantins		36,4	40,8	Abaixo	28,5	29,3	Acima
Pernambuco		31,7	38,1	Acima	30,2	28,1	Abaixo
Alagoas		35,4	41,2	Acima	24,3	24,6	Igual
Rondônia		42,2	24,9	Abaixo	28,9	30,6	Acima
Acre		25,2	20,9	Abaixo	22,3	23,1	Acima
Maranhão		19,8	22,2	Acima	15,4	15,4	Acima
Amapá		23,9	17,4	Abaixo	18,4	15,1	Abaixo
Amazonas		14,4	9,2	Abaixo	23,1	22,2	Abaixo
Pará		9,4	12	Acima	21,9	19	Igual
Brasil		50	52,9		36,6	37,2	

Fonte: Adaptado Banco Central do Brasil (2021, p. 50)

Observa-se, na Tabela 2, que o Distrito Federal está na primeira posição referente ao IIF e IEF, seguido do estado de São Paulo, depois em terceira posição vem o estado de Santa Catarina e em quarta posição o estado do Rio de Janeiro. Já a região do Norte ficou nos últimos lugares na posição IIF, impactando o resultado geral do país (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2021). Estes estados carecem de uma atenção maior por parte do governo, em todas as esferas. Nota-se a predominância do Sul e Sudeste do país em destaque dos melhores índices.

Com os impactos da pandemia da covid-19 na cidadania financeira ocorreram o uso de crédito das pessoas e o auxílio emergencial acelerou a inclusão financeira; na sequência, o uso de crédito na pandemia durante o ano 2020 diminuiu o total de pessoas fazendo a contratação de novas operações de crédito, passando de 39 milhões em janeiro para 36 milhões em julho, de acordo com a Tabela 3, abaixo.

Tabela 3 - Uso de crédito em 2020

	dez-19	jan-20	fev-20	mar-20	abr-20	mai-20	jun-20	jul-20	ago-20	set-20	out-20	nov-20	dez-20
Saldo													
Total de clientes	85,3	85,5	85,6	85,7	85	84,4	84,1	84,1	84,3	84,5	84,9	85,3	85,5
Clientes em atraso	10,8	10,8	10,7	10,9	11,4	11,7	11,7	11,3	10,7	10,1	9,5	9,2	8,9
Baixados a prejuízo	27	27,2	27,4	26,8	27	27,2	27,5	27,6	27,8	27,9	28,1	28	28
Concessões													
Total de clientes	39,8	39,6	39,2	39,6	37,5	36,6	36,6	36,1	36,8	37,2	38	38,1	39,1
Reestruturações													
Total de clientes	0,35	0,29	0,29	0,28	0,34	0,47	0,66	0,52	0,44	0,41	0,34	0,34	0,4

Fonte: Banco Central do Brasil (2021, p. 42)

De acordo com a Tabela 3, no final de 2019 os clientes retornam ao crédito com 85 milhões de pessoas. Nos meses de abril a julho de 2020, logo no início da pandemia, houve um aumento na inadimplência de crédito em atraso com mais de 90 dias, chegando a 1,7 milhões de brasileiros, conforme os dados informados no relatório do Banco Central do Brasil referentes à este período (2021).

O total de pessoas com os créditos baixados a prejuízos das instituições financeiras com mais de 48 meses ocorreu aproximadamente com 27 milhões de cidadão desde dezembro de 2019, período anterior à pandemia no mundo. Houve um aumento do mês de junho de 2020 e que totalizou no final de dezembro de 2020 em 28 milhões de pessoas com falta de capacidade de pagamento em honrar com suas dívidas.

Na Tabela 4 são apresentadas as modalidades de crédito relacionadas ao consumo de serviços bancários, como cartão de crédito à vista, cartão de crédito rotativo ou parcelado e crédito pessoal dos brasileiros.

Tabela 4 - Quantidade de pessoas com crédito, por modalidade (em milhões de pessoas)

Modalidades	dez-19	jan-20	fev-20	mar-20	abr-20	mai-20	jun-20	jul-20	ago-20	set-20	out-20	nov-20	dez-20
Saldo													
Cartão de crédito à vista	60,5	60,4	60,8	60,7	58,2	57,7	56,8	56,8	57,6	58	58,3	59,5	62,2
Crédito rotativo/parcelado	36,6	37,6	38	38,3	38,1	36,7	35,4	34,7	34,2	34,3	34,1	34,9	34
Cheque especial	22	22,9	23	23,1	21,8	20,7	20,4	20,4	20,5	20,6	20,57	20,7	19,7
Crédito consignado	19,6	19,57	19,8	19,8	19,57	19,6	19,5	19,5	19,5	19,4	19,4	19,4	19,3
Crédito pessoal	14,8	14,5	14,6	14,7	14,4	14,1	13,7	13,4	13,4	13,3	13,4	13,5	13,3
Financiamento automotivo	9,2	9,2	9,3	9,3	9,2	9,2	9,1	9,1	9,2	9,2	9,3	9,4	9,3
Financiamento imobiliário	6,6	6,6	6,6	6,6	6,6	6,7	6,7	6,7	6,7	6,7	6,8	6,8	6,8
Financiamento rural	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1
Microcrédito	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1

Fonte: Banco Central do Brasil 2021 (2021, p. 42)

No ano 2020 houve a redução das modalidades de consumo devido à pandemia e aumento das pessoas com financiamento automotivo e imobiliário, dentre outros listados na Tabela 4. A redução do cheque especial pode estar relacionada à pandemia ou efeitos da Resolução 4.765, de 2019.

A Resolução 4.765/2019, que entrou em vigor em janeiro de 2020, disciplinou o cheque especial concedido por instituições financeiras em conta de depósitos à vista, limitando as taxas de juros remuneratórias cobradas sobre o valor utilizado do cheque especial a, no máximo, 8% (oito por cento) ao mês, isto reduziu taxas cobradas anteriormente por bancos, sobretudo os bancos particulares e ajudou os cidadãos que estavam endividados com este tipo de crédito.

Outro fator que beneficiou os brasileiros no momento da pandemia foi o Auxílio emergencial concedido pelo governo federal. Isto possibilitou um aceleração da inclusão financeira e digital, pois houve um impacto na vida financeira dos brasileiros gerando esse benefício e possibilitou que várias pessoas pudessem ter acesso à rede bancária, uma vez que o beneficiário precisava ter uma conta-corrente para receber o auxílio. A Tabela 5, a seguir, mostra os diferentes perfis dos beneficiários do Auxílio emergencial.

Tabela 5 - Beneficiários do Auxílio Emergencial por origem de cadastro (em milhões de pessoas)

Enquadramento Auxílio Emergencial	Dados abertos	Base identificada	%
Bolsa Família	19,5	18,5	95,30%
Cadastro Único	10,5	10,2	96,90%
ExtraCad	38,2	36,9	96,50%
Total	68,2	65,6	96,20%

Fonte: Banco Central do Brasil 2021 (2021, p. 44)

De acordo com Ministério da Cidadania, 68 milhões pessoas receberam o Auxílio entre os meses de abril e agosto de 2020. Para a análise foram utilizados os dados abertos de 65,5 milhões desses beneficiários, 96,2% do total. São divididos em três grupos: os beneficiários da bolsa família, sendo quase 20 milhões; pouco mais de 10 milhões do Cadastro Único; e, os que

não recebem bolsa família, 38 milhões, que usam o Auxílio pelo aplicativo da caixa que é pagadora no benefício e os que não fazem parte desse cadastro chamado ExtraCad. Na Tabela 6 identifica-se os diferentes perfis do grupo que recebe Auxílio emergencial.

Tabela 6 – Perfil dos beneficiários do Auxílio Emergencial (em %)

Enquadramento Auxílio Emergencial	Sexo masculino	Sexo feminino	Proprietário MEI
Bolsa Família	29,80%	70,20%	4,20%
Cadastro Único	39,00%	61,00%	8,50%
ExtraCad	54,00%	46,00%	15,30%
Total	44,90%	55,10%	11,10%

Fonte: Adaptado Banco Central do Brasil 2021 (2021, 44)

A análise desses grupos indica as diferenças em seu perfil; verifica-se que o sexo feminino predomina entre os benefícios do bolsa família e cadastro único e sexo masculino a maioria dos beneficiários se enquadra no ExtraCad.

Os resultados encontrados pelo uso de crédito identificam que houve um aumento da inadimplência durante a pandemia de acordo com as diferenças de uso de crédito por pessoas. Barros (2009) afirma que a renda do indivíduo não está ligada diretamente ao endividamento, mas de como é administrado suas despesas e receitas. Como o compromisso com dívidas se torna cada vez maiores, conseqüentemente, os recursos destinados a outros compromissos como lazer, educação, alimentação e poupança se tornar cada vez menores ou nulos.

A análise de dados coletados está relacionada aos impactos da pandemia Covid-19 no comportamento brasileiro perante a cidadania financeira, mostrando ICF as posições de cada unidade de federação através do índice de inclusão financeira (IIF) e índice de educação financeira (IEF) que obteve melhor resultado entre ano 2017 e 2020. O uso de crédito em 2020 no mês de abril a julho ocorreu o aumento da inadimplência de crédito no ápice da pandemia e relatou as pessoas com crédito por modalidades no final dezembro 2019 e durante os meses do ano 2020. Com a ação governamental através dos benefícios do auxílio emergencial do bolsa família, Cadúnico e Extracad demonstra que o perfil predominante é do sexo feminino que consegue os benefícios oferecidos pelo governo.

O referente uso do auxílio emergencial, foi abordado por Correia et. al (2020) em que os beneficiários têm prioridade a partir do acesso aos usuários de assistência social brasileira pelo Cadúnico, sendo possível afirmar com base nos dados da pesquisa do antigo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome de que 93% dos beneficiários do Programa Bolsa Família são mulheres, sendo 68% delas negras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentou a educação financeira, sobre como o indivíduo irá tomar as suas decisões financeiras por meio de suas habilidades de administrar suas próprias finanças e que está relacionada com a cidadania financeira onde o próprio indivíduo faz o controle do seu dinheiro, planeja e poupa para sonhos futuros.

A investigação demonstrou os impactos da pandemia da Covid-19 no comportamento do brasileiro perante a cidadania financeira, relatando a importância por meio dos indicadores da cidadania financeira em cada unidade da federação, antes e durante a pandemia, com a posição ocupada, e as ações governamentais visando resolver a situação da população mais carente.

Os objetivos específicos levantados na pesquisa foram cumpridos de acordo com análise de dados fornecidos pelo Relatório do Banco Central do Brasil no ano de 2021. Foram apresentados os indicadores da cidadania financeira nas posições de cada unidade de federação, com os IIF e IEF e os resultados do ano de 2017 e 2020 durante a pandemia. O impacto da covid-19 ocorreu com o acesso financeiro ao uso de crédito em 2020, ocasionando um aumento da inadimplência de crédito no ápice da pandemia, onde a ação governamental, com os benefícios do auxílio emergencial, amenizou a situação financeira dos cidadãos.

O referente estudo contribuiu para compreender os fatores que influenciaram os recursos financeiros durante uma pandemia, as mudanças de comportamento do brasileiro na cidadania financeira e ações governamentais durante a pandemia, visando o benefício para a sociedade de como lidar com recursos financeiros. As principais contribuições do estudo foi possibilitar o conhecimento da educação financeira do indivíduo e conhecer as mudanças dos recursos financeiros durante a situação pandêmica, relatando as diferenças regionais e a piora nos quadros de algumas regiões mais vulneráveis. Mostrou também a importância de uma rápida ação governamental assertiva para reverter, ou ao menos minimizar, a situação de calamidade financeira mundial que resultou da pandemia.

Abordando as limitações do trabalho, é de grande importância reforçar a escassez de material, referindo-se aos impactos da covid-19 na cidadania financeira, discussão sobre assuntos similares e educação financeira. Todos esses fatores cooperam para uma limitação no universo de dados, informações sobre a temática, resultando na falta de heterogeneidade em relação ao objeto de estudo e por ser um fato novo na sociedade, a pandemia.

Sugere-se para futuras pesquisas analisar a abordagem sobre o comportamento brasileiro perante a cidadania financeira na covid-19, após ter sido amenizado a doença, e de que forma a população está enfrentando a dificuldade econômico-financeira em nosso país.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, F. C.; CALIFE, F. E. **A história não contada da Educação Financeira no Brasil**. Disponível:<http://docplayer.com.br/2457974-A-historia-nao-contada-da-educacao-financeira-no-brasil.html>. Acesso:5 maio.2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório da cidadania financeira**. Disponível <https://www.bcb.gov.br/Nor/relcidfin/index.html>. Acesso: 5 maio 2022.

_____. **Relatório da cidadania financeira**. Disponível em https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/RIF/Relatorio_de_Cidadania_Financeira_2021.pdf . Acesso: 5 maio .2022.

_____. **Relatório de inclusão financeira**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/Nor/relincfin//RIF2011.pdf>. Acesso: 15 outubro.2022.

_____. **Série Cidadania Financeira Estudos sobre Educação, Proteção e Inclusão**. Disponível em https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/Informacoes_gerais/conceito_cidadania_financeira.pdf. Acesso: 5 maio .2022.

BARROS, C. A. R. **Educação Financeira e Endividamento**. 2009. 28 f. TCC (Graduação) - Curso de Administração, Escola Superior de Administração, Direito e Economia, Porto Alegre, 2009.

CORREIA, D.; SANTOS, A. F., BRITO, K. P. A; GUERRA, L. D. S; VIEIRA, K. J.; REZENDE, C. L. S. **Auxílio emergencial no contexto de pandemia da COVID-19: garantia de uma proteção social?**, 26º de outubro de 2020 [citado 13º de dezembro de 2022];12:1-9. Disponível em: <https://jmphc.emnuvens.com.br/jmphc/article/view/1023>. Acesso: 5 maio 2021.

COSTA, C. H. G.; CAMPOS, R. S.; CASTRO JÚNIOR, L. G. **Sensibilidade das políticas monetária, fiscal e cambial no combate à inflação no brasil**. *RACE- Revista De Administração, Contabilidade E Economia*,v. 15 n. 1 (2016): RACE_v. 15_n_1_jan./abr. 2016 . Disponível em: <http://editora.unoesc.edu.br/index.php/race>.Acesso:05 maio.2021.

COSTA, M. G. V.; SILVA, M. N.; CORDEIRO, N. J. N. **Educação financeira no Brasil: uma perspectiva panorâmica**. *Ensino da Matemática em Debate*, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 69-84, 2018. Disponível em:<https://revistas.pucsp.br/index.php/emd/article/view/36841/25699>. Acesso: 05 maio.2021.

DOMINGOS, R. **Terapia financeira: Realizar seus sonhos com educação financeira**, São Paulo, DSOP, 2012.

FARIAS, M. V. M; SOUZA, F. J. V.; SILVA, M. C.; STEPPAN, A. I. B. **A Educação Financeira e a sua influência na tomada de decisões**. **Revista Contabilidade UFBA**, Salvador, v. 5, n. 2, p. 81-95, maio/ago. 2011. Disponível em: <https://cienciasmedicasbiologicas.ufba.br/index.php/rcontabilidade/article/view/5137>. Acesso: 5 maio. 2021.

FRANCISCHETTI, C. E.; CAMARGO, L. S. G.; SANTOS, N. C. **Qualidade de vida, sustentabilidade e educação financeira**. **REFICONT: revista de finanças e contabilidade da UNIMEP**, Piracicaba, v. 1, n. 1, p. 1-15, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://www.reficontunimep.com.br/ojs/index.php/Reficont/article/view/17>. Acesso: 5 maio. 2021.

GIL, A. C. **Método e técnicas de projetos sociais**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HALFELD, M. **Investimentos: Como administrar seu dinheiro**, São Paulo, n. 1º, 2011.

HILL, N. **Quem pensa enriquece**. São Paulo: Fundamento Educacional, 2009.

IORIO, F. G.; ASSIS, V. P.; CHIROTTO, A. R. **Nível de conhecimento em relação ao planejamento pessoal e educação financeira de indivíduos da cidade de São Paulo**. **Liceu On-line**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 181-199, jul./dez. 2017. Disponível em: https://liceu.fecap.br/LICEU_ON-LINE/article/view/1771/1032. Acesso: 5 maio. 2021.

KAHNEAN, D.; TVERSKY, A. **Prospect theory: na analysis of decision under risk**. **Econometrica**, Ribeirão Preto, v. 47, n. 2, p. 263-291, 1979.

MANKIW, N. G. **Introdução à economia: princípios de micro e macroeconomia**. Tradução da Maria José Cyhlar Monteiro. 2.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATTA, R. C. B. **Oferta e demanda de informação financeira pessoal: o programa de Educação Financeira do Banco Central do Brasil e os universitários do Distrito Federal**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MENDES, J. M. **Educação financeira para uma melhor qualidade de vida**, Disponível:<https://docplayer.com.br/17715938-Juliana-de-souza-mendes-educacao-financeira-para-uma-melhor-qualidade-de-vida-orientador-prof-dr-jailson-coelho.html>. Acesso: 5 maio

MICHEL, M. H. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**, São Paulo, Editora Atlas, 2009.

SARMA, M.; PAIS, J. Financial Inclusion and Development. **Journal of International Development**, 23(5), 2010, p. 613-628.

VIEIRA, S. F. A.; BATAGLIA, R. T. M., SEREIA, V. J. **Educação financeira e decisões de consumo, investimento e poupança: uma análise dos alunos de uma universidade pública do Norte do Paraná. Revista de Administração da Unimep**, v. 9, n. 3, p. 61-86,2011, Disponível em <http://www.spell.org.br/documentos/ver/4393/educacao-financeira-e-decisoes-de-consumo--inve-->Acesso: 5 maio 2021.